



ARTICLES/ARTIGOS/ARTÍCULOS/ARTICLES

Desenvolvendo ação direta de desobediência civil e não violenta em favor dos famintos: “Comida e não Bombas” e o reaparecimento da Democracia Radical nos EUA¹

Doutor Nik Heynen

Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Department of Geography, University of Georgia, 210 Field St, Athens, Georgia 30608, USA. **E-mail:** nheynen@uga.edu.

ARTICLE HISTORY

Received: 28 December 2011

Accepted: 29 June 2012

PALAVRAS-CHAVE:

Democracia
Alimentação e Guerras
Estados Unidos

RESUMO

Este estudo examina os esforços de um dos movimentos sociais (anarquista) que cresce mais rapidamente no mundo “FNB” (Food and not bombs) Comida e não Bombas, para redefinir a política urbana contra a fome nos EUA. A visão é para entender como a FNB contesta a política e os processos relativos à contenção dos pobres, desprezando os esforços para desenvolver um novo método de biopolítica. Como principal alvo de seu sucesso, este estudo examina os esforços de um dos movimentos sociais (anarquista) que cresce mais rapidamente no mundo, “Comida e não Bombas” (FNB) Food Not Bombs, para redefinir políticas urbanas contra a fome nos EUA. O objetivo é para entender como a FNB contesta o desprezo das políticas e procedimentos com relação às classes pobres e seus esforços, foca-se em como a FNB usa a ação direta de desobediência civil não-violenta para obter uma resposta da base alternativa ao direcionamento destrutivo do imperativo mercado capitalista neoliberal. O caso da FNB provê exemplos de potencial contínuo para ajuda mútua e cooperativismo na

¹ Esta contribuição está baseada no meu artigo: Heynen, N. 2010. Cooking up Non-Violent Civil Disobedient Direct Action for the Hungry: Food Not Bombs and the Resurgence of Radical Democracy. Urban Studies: 47(6): 1225-1240.

cidade e da mesma forma contra o pano de fundo das crescentes injustiças sociais dentro de universo cada vez mais globalizado. Finalizando, o estudo demonstra que a FNB oferece exemplos de vários tipos de resistência necessária para assegurar o direito fundamental inerente à cidade, o qual é o direito à comida e sobrevivência nas cidades.

KEY-WORDS:

Democracy
Food and Wars
United States

ABSTRACT – COOKING UP NON-VIOLENT CIVIL-DISOBEDIENT DIRECT ACTION FOR THE HUNGRY: ‘FOOD NOT BOMBS’ AND THE RESURGENCE OF RADICAL DEMOCRACY IN THE US. This paper examines the efforts of one of the fastest-growing (anarchist) social movement groups in the world, ‘Food Not Bombs’ (FNB), to redefine urban anti-hunger politics in the US. The aim is to understand how FNB contests the politics and processes of poor people’s containment through their efforts to develop new, decommodified modes of biopolitics. As it is central to their success, the paper focuses on how FNB uses non-violent civil-disobedient direct action to provide an alternative grassroots response to the destructive market-driven imperatives of neo-liberal capitalism. The case of FNB provides an example of the continued potential for mutual aid and co-operativism in the city and does so against the backdrop of growing injustices within an ever-globalising world. Ultimately, the paper shows that FNB offers an example of the kinds of resistance necessary to secure the most fundamentally inherent right to the city, which is the right to eat and survive in the city.

RESUMEN:

Democracia
Alimentacion y Guerras
Estados Unidos

RESUMEN – EL DESARROLLO DE LA ACCIÓN DIRECTA Y LA DESOBEDIENCIA CIVIL NO VIOLENTA EN FAVOR DE LOS HAMBRIENTOS: "FOOD NOT BOMBS" Y LA REAPARICIÓN DE LA DEMOCRACIA RADICAL EN LOS ESTADOS UNIDOS. Este estudio examina los esfuerzos de un movimiento social (anarquista) de más rápido crecimiento en el mundo "FNB" (bombas de alimentación y no) y Food Not Bombs, para redefinir la política urbana contra el hambre en los Estados Unidos. La visión es entender cómo la FNB se opone a la política y los procedimientos para la contención de los pobres, haciendo caso omiso de los esfuerzos para desarrollar un nuevo método de la biopolítica. Como el objetivo principal de su éxito, este estudio examina los esfuerzos de un movimiento social (anarquista) de más rápido crecimiento en el mundo, "Food Not Bombs" (FNB) Food Not Bombs, para redefinir las políticas urbanas contra el hambre en los Estados Unidos. El objetivo es comprender cómo la FNB niega el desprecio de las políticas y procedimientos en lo que respecta a las clases más pobres y sus esfuerzos, se centra en cómo la FNB utiliza la acción directa de

desobediencia civil no violenta para obtener una respuesta de la base alternativa para dirigir destructiva imperativo neoliberal capitalista de mercado. El caso de la FNB se proporcionan ejemplos de potencial constante de la ayuda mutua y de cooperación en la ciudad y de la misma manera en el contexto de aumento de la injusticia social en un mundo cada vez más globalizado. Por último, el estudio demuestra que la FNB ofrece ejemplos de varios tipos de resistencia necesarias para garantizar el derecho fundamental inherente a la ciudad, que es el derecho a la alimentación y la supervivencia en las ciudades.

1. Introdução

Porque necessitamos de permissão para alimentar pessoas desta comunidade? Mesmo que podemos ser presos, isto é algo em que nós acreditamos e não recuaremos (ativistas da FNB, Wittier, CA, 1997).

Comida é um direito, não um privilégio (slogan da FNB)

Onde crianças estejam famintas e chorando, aonde pessoas não sejam livres.

Onde os homens lutam por seus direitos.

É onde eu estarei mãe. É onde eu estarei. (Woody Guthrie, The Ballad of Tom Joad, 1940)

Como um luta contra, ou interiormente ao desprezo político? Piven and Cloward (1971), tempos atrás mostraram como benefícios sociais públicos eram oferecidos e retirados como meios de disciplinar o mercado de trabalho, amortecendo o mal-estar social e por outro lado “regulamentando o pobre”.

Ação direta – das marchas para os bônus em 1930 ao ativismo para os direitos aos benefícios em 1960 – foi direcionada diretamente ao Estado, que presumido ser o palco em que não somente os direitos seriam reivindicados, mas o capitalismo poderia até ser “domado”. Ainda hoje, mais de uma década após o “fim dos benefícios sociais que nós sabemos” (nos EUA) e quase 30 anos após a revolução Thatcher-Reagan que lançou as bases para o capitalismo neoliberal, o estado privatizou inúmeras destas práticas de contenção.

Organizações de caridade e ONGs reivindicaram o seu papel histórico regulamentador e disciplinador. Teceram-se questões importantes: aonde a resistência deve ser focada? Exatamente a quem estas instituições provêm os meios de sobrevivência como um presente para quem as necessita?

Esta não é uma questão inútil. Nos EUA, para os indivíduos reivindicar e receber os vales-alimentação – um direito sob a lei federal americana graças ao *ato do vale-alimentação de 1977* – eles agora precisam trabalhar principalmente através de organizações de caridade tais como Exército da Salvação ou bancos locais de alimentos, os quais dentre outras funções, de onde seus fundos e proventos se originam e dependem. Tais organizações de caridade raramente são de cunho político e em nada tem além de um efeito analgésico. Certamente eles não podem ser militantes, não se os mesmos continuam a receber os vários

fundos os quais os torna possíveis de intervir na condição material de sobrevivência para os paupérrimos encontrados contemporaneamente nas cidades.

Intervenções parecem ser imperativas por que em 2004, lares com insegurança alimentar nos EUA continham 11,3% de adultos e 19% de crianças . Insegurança alimentar e fome tinham crescido a cada ano desde 2000. E ao que parece o único recurso para pessoas nos EUA lutando contra a fome era de voltarem-se as iniciativas privadas de caridade como Trudy Lieberman (2003) observou, a muito estavam inadequadas, ineficientes e freqüentemente indisponíveis – mas que isso não seja desencorajante.

Uma resposta seria de expandir a capacidade de “caridade” (ou realmente a cadeia estreitamente atada de proventos assistenciais que atualmente se encontra na caridade esfarrapada que também inclui os restos dos direitos públicos aos vales-alimentação, assistência nutricional às mães e seus filhos, crianças e assim por diante) enquanto procurando se não eliminando, mas com certeza, não expandindo seus efeitos disciplinares.

A crítica à caridade é bem conhecida. Os efeitos de seu paternalismo a muito vem sendo foco de intensas análises críticas (veja Fraser e Gordon, 1992). E somando, como Poppendieck (1999) demonstrou caridade não é meramente a força para despolitização; é também um modo de colaboracionismo direto com o que agora é reconhecido como projeto neoliberal.

Examinando o caso dos EUA, Poppendieck argumenta que a preocupação do populacho, da ralé americana é com relação à seus concidadãos , expressada na crescente doação caritativa que marcou a reestruturação da previdência na era Reagan, respondendo diretamente à dupla atitude da administração Reagan: o apelo carismático de Reagan com relação à presumida e inata compaixão dos UEA; e sua revigoração à antiga ideologia que se encontra entre o cidadão pobre “merecedor” , “não merecedor” e “subordinado”. 1

A famosa demonização que Reagan fazia em relação às “rainhas da assistência” que dirigindo seus Cadillacs através dos guetos , não era nada e se não calculada. O resultado da ação de dupla ideologia era para facilitar para os EUA a recuada ainda mais se não mínima contribuição ao benefício social e individual e trazê-lo de volta à iniciativa privada da caridade. 2

Caridade, entretanto, bem intencionada, tornou-se o *meio* ao qual a assistência estatal foi retornada. Como Poppendieck (1999) deixou bem claro, o setor caritativo confia não somente em doações vindas da iniciativa privada ou de corporações, mas especialmente das concessões estaduais e federais, tornando impossível que sejam estas rotuladas como ações políticas propriamente ditas e advogando para a transformação das estruturas da pobreza e do estado nos interesses dos pobres.

Não somente a sua sobrevivência (como instituições de caridade e como funcionários assalariados) requer um fluxo contínuo de concessões e contribuições, também requer um fluxo contínuo de “clientes”.

Caridades são “negócios”; raramente não são “negócios” para benefício próprio.

Refletindo nas suas entrevistas com os trabalhadores da área de alimentos emergenciais, Poppendieck diz “Após uma década de aumento de distribuição de alimentos e observando o número de famintos aumentarem, inúmeros ativistas querem que os bancos de alimentos façam mais. O desenvolvimento de um eficiente sistema de estocagem, logística e distribuição dos bancos de alimentos foi boa para atender as necessidades emergenciais, eles dizem, mas vieram às expensas das moções políticas que clamavam por reformas econômicas, ensino público e fim da pobreza (Poppendieck, 1999, pg.269).”

Não é simplesmente que a categórica e aguda defesa política afastou-se; é que a mesma é materialmente impossível. A mesma habilidade para preencher essas emergências necessita – para manter um emprego e a viabilidade de uma agência – pode ser colocada em risco através de ação política. E neste sentido, a terceirização do bem estar social básico para a iniciativa privada de caridade é uma maneira de limitação política, a transformação do método de regulamentação do pobre. A elevação do estado do bem estar público, o Estado em si poderá tornar-se objeto de uma luta política – luta para expandir os direitos e direitos de posse, para a redistribuição de renda, para forçar o estado a cumprir suas promessas de acabar com a pobreza e prover para todos.

Assim, ainda que sejam em menor parcela, os mantenedores entre nós, são benevolentes e beneficentes. Nesse caso a habilidade para comer não é um direito e sim um dom. Neste caso não estão em jogo às promessas do estado, mas a bondade das pessoas. Como isso pode ser atacado através de algum tipo de projeto radical?

Onde está o espaço para manobras e assalto completo ao sistema que perpetua ao invés de procurar eliminar as desigualdades e inseguranças humanas?

Como uma faz para lutar conta *estas* políticas de refreamento e para uma geografia de sobrevivência? Uma resposta foi a de desenvolver modelos de desmercantilização dos alimentos que procura ser a antítese da “caridade”, aonde, comida, embora dividida livre de taxas, não é uma doação, mas um meio de afirmar o cumprimento a um direito. “Comida e Não Bombas” {Food And Not Bombs}, (FNB) está à frente de tais esforços. Este movimento social anarquista busca não só a reconfigurar a política econômica de sobrevivência, mas também transformar radicalmente o que eu chamaria a *geografia de sobrevivência*. Esta geografia é composta não somente dos espaços da reprodução social essencial à sobrevivência humana dos miseráveis nos EUA, mas também que se desenvolvam raízes daquilo que Foucault chama de “biopolítica”.

Este estudo primeiramente examina os esforços da FNB para contestar as políticas e processos da contenção das classes pobres através de seus esforços para desenvolver novos e não comerciais modos de biopolíticas. Ainda assim, eu levo mais a sério o tipo de política que pode ser organizada através de uma ação direta de desobediência civil não-violenta para o bem de uma nova, melhor geografia da sobrevivência.

2. Food Not Bombs

Ambos internacionalmente ou dentro dos EUA, FNB é um dos movimentos sociais de ação direta, que cresce mais rapidamente, trabalhando contra a política de contenção. 4 Embasada ideologicamente em princípios anarquistas de ajuda

mútua (ver Kropotkin, 1976), existem atualmente o equivalente a cerca de 400 capítulos autônomos da FNB distribuindo comidas em todo o Norte , Centro e América do Sul, Europa, África, Oriente Médio, Ásia e Austrália. Seria impossível descrever um típico capítulo da FNB, por que seu raio de ação pode ser muito amplo. Meu primeiro trabalho, brevemente com a Milwaukee Food And Not Bombs e depois com a Athens FNB, ajudou-me a considerar alguns dos significados táticos do FNB mais generalizadamente. Desde que me mudei para Athens (Georgia) em 2006, eu fiquei 14 meses amalhando alimentos que variavam de 20 a 60 quilos, obtidos em mercados e fazendas. Eu atualmente consegui a comida de bancos de alimentos locais, mas eles chegaram lá através de mercados locais e uma rede de coleta. A comida foi sendo disponibilizada por lojas e fazendas porque seu prazo de validade para a venda estava vencido e os produtos estavam um pouco avariados. A comida foi levada até o Common Ground Resource Centre (espaço comunitário), que é uma combinação de centro de informações e centro de convenções comunitário, em alguma forma similar aos centros sociais descritos por Chatterton nessa edição extraordinária. 5 Um grupo de 4 a 15 ativistas do FNB se reuniu e cozinhou os alimentos, preparando-a para serem divididas entre 15 e 50 pessoas. Apesar das mais variadas legislações locais a respeito de distribuição de alimentos prontos para o consumo e o uso do espaço público, o FNB de Athens recebeu a refeição e freqüentemente literatura política (defendendo tudo desde o uso da desobediência civil até o fim da tortura nos EUA) à localização mais pública e central da cidade para dividir a comida com qualquer pessoa que a quisesse, ricos, pobres ou remediados. Não foi um teste de meios, talvez surpreendente (experiências obtidas por capítulos do FNB em outras cidades), o FNB de Athens poucas senão raras vezes foi assediada pelas forças de ordem; sua distribuição de comida nunca foi impedida de agir.

Com a intenção de obter um critério e discernimento claro, o trabalho do FNB de Athens é representativo perante muitos outros FNBs espalhados pelos EUA. Eu baseio alguns critérios obtidos no campo de trabalho etnográfico em grupos de trabalho com ativistas de outros capítulos do FNB, bem como estando em contato com a rede de comunicação internacional do FNB nos últimos cinco anos.6 Etnólogos demonstraram que a combinação de observação da participação local complementada pelo engajamento com esse tipo de trabalho em rede global pode facilitar mais o profundo entendimento do “global como prática local” (Cunningham, 2000). E estudantes anarquistas apresentaram o valor político compreendido o espaço de acordos das idéias globais e locais (Shukaitis e Graeber, 2007).

É necessário mencionar que os critérios obtidos no caso do FNB de Athens ajudou-me a entender que possa haver possíveis tensões entre metas políticas do FNB e as necessidades dos famintos os quais compartilham alimentos com o FNB. As formas de mútua ajuda urbana que capítulos do FNB procuraram criar, em certos momentos, abertura a suposições sobre a ideologia políticas dos sem-teto. Certamente não é o caso de que todos aqueles que repartem alimentos com o FNB concorda com a teoria do anarquismo social ou suas táticas voltadas às ações diretas de não-violência; mas aparentemente estão somente famintos. Ainda assim em Athens bem como em muitos outros capítulos do FNB tem-se um

esforço explícito não só para fazer uma réplica dos ciclos de caridade em doar comida, mas para *convidar* estes que se alimentam com o FNB para contribuir também amealhando, preparando e na logística da distribuição de alimentos com outros, assim criando verdadeiramente a mutualidade. Enquanto muitos não estejam interessados nestes processos de mutualidade, observaram-se muitas pessoas que viram o valor nestes tipos de solidariedade que emerge da ajuda mútua como meio de se opor às restrições.

Entretanto, ativistas trabalhando com o FNB de Athens mostravam sensíveis ao fato de que em todas as ações políticas diretas tem-se a possibilidade de distorção ou má interpretação e deram passos cautelosos para serem incluídos, mas não para ser porta-voz dos que dividem comida com o FNB. Os esforços do FNB saíram do sentido de autodeterminação na face de todo tipo de hierarquia debilitante; alinhados com muitos grupos anarquistas urbanos (Day, 2005; Ferrell, 2001; Gordon, 2008; Shukatis *et al*, 2007). Existe de fato uma solidariedade que é formada através de protestos públicos permanecendo juntos em pé ou sentados, contra o domínio e o disciplinamento das atividades de política urbana, sendo indiferentes a uma má interpretação ou distorção da atitude. O trabalho em Athens mostra mais o poder de visibilidade pública, contrariando os problemas de possíveis distorções e más interpretações.

A raiz histórica do FNB no início não se focou em alimentar os famintos, mas como parte do movimento anti-nuclear. Ketih McHenry, C. T. Butler e um grupo de outros ativistas engajados reuniram-se para protestar contra a construção da usina nuclear Seabrook, em New Hampshire (cerca de 60 km ao norte de Boston). Butler e McHenry (2000) dizem que tiveram seu início escrevendo mensagens com tinta spray do tipo “ Dinheiro para Comida e Não para Bombas) em edifícios públicos e calçadas em frente a mercados como meios para chamar a atenção como o que eles viam como uma prioridade perversa do governo dos EUA.⁷ O protesto de Seabrook esteve entre os maiores dentro do movimento anti-nuclear. Os manifestantes de Seabrook concentraram uma maior atenção no papel que o First National Bank (outro FNB) teve em financiar para a usina nuclear (Crass, 2000). Na assembléia dos acionistas do First National Bank ocorrida em Boston em 1980, tendo em mente que isto foi antes que Reagan fosse empossado, os manifestantes encenaram uma réplica da distribuição de sopa durante a DEPRESSÃO ocorrida nos EUA e veicularam através de panfletos e faixas quanto dinheiro estava sendo investido no projeto, em armas nucleares e na corrida armamentista em geral. Se a intenção da fila da sopa foi uma encenação teatral política, o resultado foi outro. Cerca de 300 pessoas pobres foram atraídas para o protesto político com a distribuição de comida. Sem uma clara ligação entre o lixo atômico, a produção de armas, a revigoração da desigualdade e a pobreza no EUA. O que também ficou claro foi uma notável contradição biopolítica; que é excessivamente dispendioso matar pessoas, mas não dispendioso de forma alguma mantê-las vivas.⁸

Deste protesto, o FNB voltou suas atenções não somente para alimentar as pessoas durante as manifestações (o que regularmente era feito), mas simplesmente alimentar pessoas, ou, mas precisamente, distribuir alimentos para quem o quiser (adquirido, sempre vegetariano e freqüentemente macrobiótico). Isto pode variar desde membros de comunidades marginais à aqueles que querem

construir uma. Por exemplo, no FNB de Athens nós umas vez repartimos alimentos com o autor, intérprete e produtor musical Americano Todd Rundgren. O FNB também voltou suas atenções à exposição da fome, para garantir sua visibilidade. O FNB então busca não só espaço público, mas especialmente (ou simbolicamente) espaços públicos.

No capítulo do FNB de East Bay (California) foi escrito “Comida e Não Bombas (Food Not Bombs) difere em muitas maneiras de todas as outras organizações que cuidam de programas alimentares. Em primeiro lugar, nossas refeições são vegetarianas, geralmente macrobióticas. Segundo, nossas refeições são servidas ao ar livre. Isto pressuposto por inúmeros motivos; para mostrar ao grande público que a fome é um problema o qual as pessoas têm que conviver diariamente e que (no caso deles) para cumprir a missão do Parque do Povo [Berkeley, CA] como um local onde as pessoas podem ir para satisfazer as necessidades do corpo. As refeições durante a semana no Parque do Povo onde as pessoas se sentam em pequenos grupos na grama, encoraja um espírito aberto de comunidade. Ele vai ao contrário da prática comum de esconder os pobres nos sótãos das igrejas enquanto recebem suas refeições (East Bay FNB, 1999, pg. 3).”

A recusa de esconder os pobres, para expor a pobreza ao brilho daqueles que não querem vê-la, com frequência leva a conflitos com as autoridades. Em Boston no ano de 1993, por exemplo, ativistas do FNB foram citados por invasão ao recusarem-se de parar a distribuição de alimentos na Praça Copley. Em um editorial refletindo a respeito das prisões, o *Boston Globe* elogiou o FNB pela iniciativa de “alimentar as pessoas no modo mais público possível, mantendo clara a questão do problema dos sem-teto” (*Boston Globe*, 1993). Também foi argumentado que a distribuição de comida na Praça Copley precisava ser proibida. Argumentou-se também que tais eventos poderiam ser acomodados no espaçoso Boston Common (desde que fossem obtidas as devidas licenças), por que a Praça Copley era inadequada.

A praça é um simples espaço aberto com poucas árvores. Um estande oferecendo comida, se atrair uma multidão de pessoas poderá afetar a atmosfera de todo parque. Seria melhor se o FNB fosse para outro lugar (*Boston Globe*, 1993).

A exposição das desigualdades e da fome foi tudo no bom sentido e em outras palavras, desde que não perturbe a “atmosfera”. Para esta parte, Keith McHenry já tinha descoberto a importância da visualização pública. Em 1987, mudou-se para São Francisco e lá estabeleceu um capítulo do FNB. Os ativistas do FNB de São Francisco foram presos mais de uma centena por doar comida desafiando as leis que restringem tais práticas em locais públicos. Se São Francisco foi o marco zero na questão do policiamento do FNB na distribuição de comida, em 1990 os capítulos do FNB de Arcata (CA), Berkeley, Montreal, Nova Iorque, Palo Alto, Quebec, San Jose, San Diego, Wittier (CA) e Worcester (MA) também foram frequentemente fechados pela polícia, buscando parar a distribuição de alimentos (Crass, 2000). Nos anos 2000, a polícia agiu contra os capítulos em Birmingham (AL), Fredericton (NB), Las Vegas, Orlando, Santa Monica, Venice (CA) e inúmeras outras cidades.⁹ Parcialmente em resposta ao crescimento do ativismo do FNB, desde 2003, pelo menos 22 cidades Americanas (e 15 desde 2006)

aprovaram novas leis que limitam ou tornam ilegais os programas de distribuição pública de alimentos ou foram reforçadas as ações das leis de segurança quanto a doação ao ar livre de comida, tornando tais atos legalmente impossíveis. A cidade de Wilmington (NC) declarou fora da lei a “distribuição” de alimentos em vias públicas e calçadas; em 2006, a câmara municipal de Las Vegas aprovou a lei que torna ilegal doar comida “gratuitamente ou a um preço simbólico” as pessoas tidas como *indigentes* nos parques municipais (era ainda legal doar comida aos de situação melhor) (NLCHP-NCH, 2007; Mitchel, 2007; Mitchel e Heynen, 2009).

Na véspera da repressão estadual em Las Vegas, os ativistas do FNB argumentaram que prover comida de graça para todos que a querem, não era um ato de desobediência civil. Assim como um ativista disse “Eu não chamaria isso de desobediência civil. Não é desobediência civil quando você esteve fazendo algo durante anos, e alguém subitamente aprova uma ordem dizendo que é ilegal (citado em Schwartz 2006, pag.5b).”

Para McHenry, entretanto, as ações do FNB decididamente foram de desobediência civil não-violenta, precisamente um modo de contestar as políticas de contenção que tão eficientemente regulamentaram os pobres (e seus defensores) nos EUA. Detido inúmeras vezes durante os anos 90, o próprio McHenry enfrentou a forma draconiana de contenção: a vida na prisão sob a lei californiana de “três tentativas” (Siegel 1995). A Anistia Internacional entre outras, abraçou a causa. Como eles colocam “A Anistia Internacional está preocupada que os ativistas do FNB possam ser um alvo por causa de suas convicções e efetivamente proibidas de exercer seus direitos à liberdade de expressão, reunirem-se e terem o direito a informação expressa. Se isto for o caso, a cidade de San Francisco estará infringindo a lei internacional e a Anistia Internacional adotará estes presos como “Prisioneiros de Consciência” e lutará para sua soltura incondicional” (Anistia Internacional, 2004).

As ações diretas de desobediência civil não-violenta do FNB claramente atingiram seu alvo. Ela expôs o ponto nevrálgico da política econômica contemporânea.

A infalibilidade da sua visão, sua insistência à *visibilidade* e sua recusa em ser contida por meio de políticas contemporâneas de caridade, foi o que potencialmente expôs o FNB a um outro tipo visibilidade: vigilância repressiva do estado. Em 2005, o FNB obteve e temporariamente postou em seu principal website, que um documento do Departamento de Defesa mostrou um inventário de vigilância que foi conduzida em uma série de ações pacifistas as quais eles estavam envolvidos.

O inventário não foi focado exclusivamente no FNB, mas não obstante demonstrou um interesse particular no grau de envolvimento dos ativistas do FNB pra que fossem considerados uma “ameaça”. Evidências sugerem que o FNB (e outras organizações pacifistas) foi clandestinamente infiltrado pela polícia local, agentes do Departamento de Defesa e o FBI (Riccardi 2006).

Um dos relatórios de vigilância sobre FNB mais divulgado veio de Denver, no estado do Colorado. Documentos liberados em resposta a um processo contra a União Americana de Liberdades Civis (American Civil Liberties Union [ACLU]) mostra que agentes antiterroristas do FBI coletaram “informações a respeito de manifestantes e dissidentes de ações pacifistas e teve como alvo a atenção de

“pessoas constitucionalmente protegidas e defendidas”, como coloca o membro da ACLU Mark Silverstein (Eggen, 2005). O FNB ficou sob uma minuciosa investigação.

Um memorando de 2004 do FNB, reporta, por exemplo “Como notado anteriormente no serial 4, o Estado do Colorado, teve vários grupos ativos do FNB em Denver, Fort Collins e Durango. No primeiro dia de agosto de 2003, oito indivíduos foram presos na assim chamada “casa do FNB de Denver” a altura do número 1435 da rua Lipan. As acusações incluíam obstrução da polícia e do corpo de bombeiros, distúrbio da paz, resistência à prisão e agressão. Estas prisões foram anotadas nesta investigação pelo motivo de um estreito envolvimento entre o FNB e o Movimento Anarquista Cruz Negra (Anarquist Black Cross Movement) e a proximidade entre as duas, visto que eram vizinhas na mesma rua Lipan.10.”

A ativista do FNB Sarah Bardwel, foi um foco específico. O FBI relatou que, embora Bardwel não tivesse uma “ficha criminal”, ela morou na mesma rua do FNB e do Black Cross. Ela também foi suspeita de ser membro do Bicycle Derailer Collective, uma loja comunitária que conserta gratuitamente bicicletas para os pobres e crianças sem-teto (Henry e Green, 2005, pag. b1).

Para citar outro exemplo: de acordo com o porta-voz da polícia de Long Beach na Califórnia, nos anos que se seguiram imediatamente após os ataques terroristas de 2001, a polícia do condado de Orange engajou-se na ampla vigilância dos grupos ativistas, focando particularmente uma loja de informática na Avenida Rodeo a qual serviu de anfitriã para encontros do FNB entre outros grupos. de acordo com o porta-voz da polícia de Long Beach.

Grupos anarquistas são vigiados tipicamente pelas agências das forças de ordem espalhadas pelos EUA, não somente pelos seus objetivos, mas particularmente após o 11 de setembro, pessoas esperam que, agora nós não estamos desenvolvendo nosso trabalho se não estivéssemos investigando este tipo de grupos (Ehrenreich, 2002, pag. 17).

A associação de longo prazo entre o anarquismo com a violência na América do Norte (Stein e Taft, 1969; Carter, 1973; Ward, 1973; Smith, 1995) é óbvia na raiz de tal infiltração e vigilância, mas também, pode-se assumir razoavelmente que a própria noção de *ajuda mútua*, é o verdadeiro coração do anarquismo. Por qual outro motivo o FBI dedica recursos para rastrear indivíduos envolvidos com a Bicycle Derailer Collective ou com a intenção de distribuir comida em locais públicos? Por que então tantas cidades aprovam leis que tornam fora-da-lei tais ações, buscando empurrar de volta os pobres para o reino da invisibilidade e da caridade “adequada”? Em parte, Eu agora argumentarei, é por que as políticas de ajuda mútua do FNB, da descomercialização e distribuição, prenuncia uma biopolítica radicalmente diferente e uma geografia da sobrevivência também radicalmente diferente do que a aplicada através da terceirização do bem-estar público a caridade. Prenuncia-se a geografia da sobrevivência, e assim a biopolítica, que ameaça diretamente as políticas de contenção e tornam as pessoas pobres bem menos suscetíveis à regulamentação.

3. A Geografia da Sobrevivência: Desenvolvendo a Nova Biopolítica

Questões da sobrevivência corpórea estão de volta à agenda. A insistência feminista na importância fundamental da reprodução *social* (Katz, 2001, 2004), com a qual eu sinceramente concordo, requereu a um exame aprofundado das condições da reprodução *física*. O conceito de uma geografia da sobrevivência permite que, a social, física e política seja ligada conceitualmente em um modo que torne claro quanto cada um é sempre determinado pelo outro. A questão da geografia da sobrevivência é uma questão de *condições* e *estruturas* sócio-naturais que tornam possível a sobrevivência humana (quer ela seja: degradada ou libertadora). Em nenhum lugar estão questões são mais importantes do que em uma cidade. O conceito de Geografia da Sobrevivência é tão velho quanto a própria Geografia (ver especialmente Bunge 1973). No núcleo do interesse com a sobrevivência humana têm-se questões relacionadas ao processo sócio-espacial que retarda “vidas humanas”, impedindo as pessoas de terem acesso aos itens necessários para continuar a sobreviver: comida adequada, abrigo, segurança corporal, etc...(Heynen, 2006, 2008, 2009; Mitchel e Heynen, 2009). Esta preocupação levou o Detroit Geographic Expedition and Institute (DGEI) (Bunge, 1969, 1973; Merrifield, 1995; Heyman, 2007) e seu sucessor, o Toronto Geographical Expedition (Bunge e Bordessa, 1975), ambos os quais trabalharam para articular e comunicar a geografia da luta pela sobrevivência, visto que as mesmas foram enfrentadas por Afro Americanos e crianças vivendo nas cidades. O DGEI organizou moradores das comunidades, especialmente jovens, para reconhecer seu próprio poder, conduzir análises das restrições geográficas na sobrevivência na cidade, articulou maneiras as quais o racismo, patriarcado e o capitalismo, frustraram toda a fluorescência humana, e para fazer algo a respeito.

As restrições geográficas da sobrevivência, a frustração da fluorescência humana, foi (ainda é) profundamente desigual. Discorrendo sobre uma distinção chave de Aristóteles, Ranciére torna claro que tal desigualdade urbana é profunda e profundamente política. Em toda cidade temos ricos e pobres. Estas categorias constituem os elementos e as partes das cidades *por excelência*, porque elas designam os únicos princípios que não podem ser associados. Uma pessoa pode sempre imaginar que agricultores possam se tornar guerreiros ou os artesãos sentarem-se em uma sessão na *boule* (assembléia restrita de cidadãos encarregados de deliberar sobre os assuntos correntes da cidade). Mas o que nenhum regime pode fazer é tornar as pessoas simultaneamente ricas e pobres. A questão das políticas começa em cada cidade com a existência da massa de *aporois*, aqueles que não possuem meios, e a pequena quantidade dos *euporois*, os que os tem (Ranciére, 2007, pag. 13).

Se a questão das *políticas* urbanas inicia-se com esta situação, a questão da *geografia da sobrevivência* é a que deve ser organizada entorno dela, visto que esta geografia é a que o Estado menos se preocupa. A desigualdade urbana é altamente rentável; é a fonte de renda (Marx, 1987). Irregularidade e desigualdade, exploração e opressão: ambas estas mantêm o sistema social e são mantidos por elas. Para elas, as políticas de contenção são escritas.

A ligação entre as políticas se Ranciére e a geografia da sobrevivência, as políticas de restrição, é utilmente encapsulada no conceito biopolítico de Foucault (1994). A ascensão da biopolítica descreve o enfrentamento imperativo do Estado moderno: como sustentar a população humana enquanto, ao mesmo tempo

ordenar e discipliná-la. Se para os soberanos pré-modernos, poder era exercido empunhando o “direito de matar” (e assim fazendo, concedia o direito de viver) (Foucault, 1990, pag. 136) as modernas formas de poder soberano foram marcadas ao invés em prover as condições necessárias para a continuidade da vida. Agamben(1998) afiou, apontou, aguçou o ponto enquanto discorria a clássica distinção Grega entre *zoe* (o simples fato de viver) e *bio* (um “maneira” particular de viver). Agamben (1998, pag. 4) nota que simplesmente a vida, *zoe*, é o estado que, simplesmente sobreviver, não foi visto como *político* e, por conseguinte, cheio de vida. Por outro lado, a modernidade é exatamente marcada por “o aparecimento de *zoe* na esfera das *polis*, a politização da simples vida”, um evento que “sinaliza a transformação radical das categorias da política-filosofia do pensamento clássico” Ela marca o início da possibilidade de um bio-política, a política baseada na promessa do sustendo da vida ao invés da promessa de morte.

“A “vida nua” de Agamben é a “ questão nua da sobrevivência” de Foucault (1990, pag. 141) e para este, a bio-política da sobrevivência nua é necessária ao desenvolvimento do di início do capitalismo,¹¹ desde que sem o controle sobre a reprodução de corpos de trabalho, tais corpos não poderão ser inseridos na “maquinaria de produção”. A inserção na maquinaria do trabalho e a combinação da manutenção de uma reserva de exército de trabalho requer uma regulação constante dos pobres, assim como argumentaram Piven e Cloward (1971).

Assim, a manutenção da “vida nua” é uma função da mantença da ordem, dentro e apesar de, a crise endêmica do capitalismo que requer a constante reorganização das relações sociais e econômicas. Para Lemke, a análise que Foucault (1994) faz da Chicago School of economics, é especialmente oposta. Foucault mostra que o coração da escola de Chicago era o imperialismo capitalista, no qual princípios econômicos eram colocados explicitamente para as relações sociais do governo(Lemke, 2001, pag. 197). A lógica do mercado era empurrada para uma posição de domínio mesmo como as relações de mercado ser profundamente nacionalizadas (Harvey, 2005). A ascensão da lógica da escola de Chicago, acoplada como foi com a crescente influência das teorias de Hayek (1944, 1960), com certeza teve profundas conseqüências para a sociedade urbana: muito do discurso crítico do “neoliberalismo” é dedicado a entender os contornos destas conseqüências.¹² Ainda assim quero focar em uma só pequena, mas crucial, parte deste amplo domínio teórico: como é revogada a relação entre *zoe* e a geografia da sobrevivência dentro da “cidade”?

A ordem biopolítica neoliberal é uma em que mesmo políticas penais são organizadas em estreitíssimas bases de custo-benefício. Criminosos são concebidos como atores economicos-rationais, que percebem e agem conforme a situação de risco e calculam os méritos de enfrentar uma atividade criminosa. Assim como argumenta Lemke(2001, pag. 197), políticas de manutenção de ordem neoliberal respondem pela questão da criminalidade, não por que focam nos “jogadores”, mas nas regras do jogo, não é a subjugação (interna) dos indivíduos, mas controlando e definindo (externamente) o seu ambiente.¹³ Este ambiente externo não é somente endurecer sentenças de prisão (como as leis dos “três golpes”), mas também o próprio espaço. A reestruturação do espaço público urbano, através de leis e arquitetura, por exemplo, não somente dificultar as

violações da “qualidade de vida”, mas que isto seja impensável. Ainda violações de “qualidade de vida”, dormir nas calçadas, mendicância, ou de fato *dividir a comida*, são somente alguns atos de sobrevivência, atos que bordados juntos a uma geografia da sobrevivência para aqueles reduzidos a “vida nua” foras dos abrigos, locais de distribuição de sopa, o silêncio das cadeiras das bibliotecas, pontos de ônibus, sofás de amigos ou parentes, ou outros locais que tornem possível a continuidade da vida.

O que o FNB faz, é criar resistência a somente *esta* ordem urbana, somente este estado das coisas na cidade. Diferentemente da maioria das caridades, o FNB trabalha duro não só para ser cúmplice na perpetuação do estado capitalista da biopolítica, mas busca a sua transformação radical. Diferente de muitas caridades, e *porque* ele é um movimento de resistência mais do que de melhoria, o FNB talvez apenas ameace o desenvolvimento, métodos de privatização ou regulamentação dos pobres. O FNB faz isso, em embora uma menor escala, desenvolvendo não a caridade, mas a ajuda mútua. Como acertadamente argumenta Kropotkin (1976), cooperativismo é um mecanismo de sobrevivência das espécies, pelo menos, tão poderosa quanto à competição que Darwin enfatizou e este é o coração dos então e atuais Princípios Sociais de Darwin. E como Kropotkin (1995) enfatizou na sua obra *A Conquista Do Pão*, que a política econômica baseada na escambo mútuo e cooperação voluntária (como oposição ao mercado da força de trabalho e exploração dos trabalhadores) foi perfeitamente factível. Tal realização, não importa quão utópica soe, está no coração das políticas e da ação-direta do FNB. Mustafa Dikeç (2005, pag. 172 e também 2007) afirma que “o espaço se torna político e nisto se torna local polemico onde o errado pode ser endereçado e igualdade demonstrada”, por isso a insistência do FNB em tomar os espaços públicos e tão claramente torná-los visíveis, sejam eles, para contornos da pobreza e seu próprio local de ação-direta. Sim, isto é por que talvez, tantos governantes de cidades acham interessante tornar ilegal a distribuição de alimentos.

4. Ações diretas de Desobediência Civil Não Violenta Como Meio de Protesto Contra a Contenção

Os tempos estão suficientemente terríveis, e a ordem política neoliberal suficientemente selvagem, isto eu quero explorar meios para dismantelar as leis e regulamentações que tiram a comida disponível para fora das bocas dos famintos através das cidades dos EUA. Aqui a história da ação direta de desobediência civil não violenta oferece importantes percepções. Para este fim, considere a sugestão de Zinn neste livro *Desobediência e democracia* que

Exatamente quando nós começamos a suspeitar que a lei é justiça congelada, que a ordem existente esconde a violência diária contra o corpo e o espírito, que nossa estrutura política é fossilizada e que o barulho da mudança, embora assustador, possa ser necessário, um grito de “lei e ordem” se levanta. Tal momento torna-se um teste crucial para ver se a sociedade afundará para um espúrio seguro ou dará um salto à frente para sua própria reestruturação (Zinn, 1968, pag. 4)

De fato, as implicações para a democracia, ligadas ao *status quo* das ideologias liberais, servem como um detrator importante do tipo de política radical que estou discutindo; o tipo de política que foca explicitamente na sobrevivência. As

deficiências da democracia liberal são enraizadas nas suas ligações com a herança constitucional, leis e instituições parlamentares. Como Carter (1973, pag. 118) aponta, as crenças no individualismo que emergem da produção de forma liberal da democracia, envolve a busca da maior área da livre escolha, minimizando tanto nas restrições governamentais de liberdade, quanto na intrusão externa da privacidade. O que este paradigma liberal traduz é a liberdade para deixar os famintos morrerem de fome por intermédio de leis que asseguram o tamponamento da realidade para a maioria. Então, leis elaboradas, para prevenir o FNB de dividir alimentos, são fundamentalmente para permitir que os frequentadores abastados dos parques, se sentem na sombra sem serem incomodados pela vulgaridade da “fome”. A ação-direta de desobediência civil não violenta permanece intencionalmente oposta às supostas obrigações legais que o constitucionalismo liberal demanda. Carter nos desenha a resposta liberal para a ação-direta sugerindo que

A ação-direta aparece como uma ameaça aos valores primários liberais por que parece representar o grau de irracionalidade e intolerância, um abandono de argumento razoável para apelos emocionais ou coerção direta, uma impaciência com os processos políticos normais, e a convicção de acerto que justificam os métodos usados (Carter, 1973, pag. 119)

Dado isto, como nós devemos considerar as táticas usadas para superar a escravidão nos EUA, o governo colonial na Índia, a segregação racial de Jim Crow no sul dos EUA ou o *apartheid* na África do Sul? Além disso, como nós podemos trazer estas lutas históricas para informar, taticamente, pensando nos problemas colocados pela ineficácia liberal para a melhoria da fome ou para reprimir grupos como o FNB? De fato, por mais de 150 anos, a ação-direta de desobediência civil não violenta esteve no coração das lutas revolucionárias para facilitar a mudança da emancipação social. A desobediência civil não violenta no papel, que é uma importante distinção, começa com os esforços abolicionistas de Thoreau em Massachussets em meados do século 19, mas esteve no centro de outros numerosos momentos na história radical, incluindo os esforços anti-colonialistas de Ghandi para a Índia, os esforços de King e Carmichael para os direitos civis e de Tutu e Biko nas lutas contra o *apartheid*. Assim também teve a proliferação da pesquisa feita em protestos não-violentos, que abriu novas formas, para as teorias dos movimentos sociais para forçar alternativas às políticas de contenção e responder às questões mais sérias que sustentam a geografia da sobrevivência (Cortright, 2006; Sharp, 2005; Zunes *et al.*, 1999). Enquanto estudantes radicais não são limitados nas formas das quais nós imaginativamente rompemos com as políticas de contenção, em uma maneira historicamente óbvia nós podemos subverter o *status quo*, é reafirmando nosso projeto nos espaços da ação direta de desobediência civil não-violenta. Este projeto requer entretanto a reorganização crítica de como nós visionamos as “políticas” em larga escala.

Segundo Rancière Política não é uma função do fato que é útil de ser montada, nem o fato que montagens são feitas para a causa do bom gerenciamento dos negócios em comum...é a função do fato que o errado existe, uma injustiça precisa ser endereçada (Rancière, 2007 pag. 13)

Existem vários modos de se endereçar uma injustiça, entre os mais importantes estão, *especialmente agora*, é a ação direta de desobediência civil não-violenta. Ela é importante especialmente agora, precisamente porque a ação direta de desobediência civil não-violenta recusa precisamente a lógica clássica do liberalismo e neo-liberalista, custo-benefício. Writing em 1849, Henry Davis Thoreau deixarão isso claro falando de forma prática, os oponentes da reforma em Massachusetts não são cem mil políticos do Sul, mas são cem mil comerciantes e fazendeiros aqui, os quais estão mais interessados no comércio e na agricultura do que interessados em humanidade, e não estão preparados para fazer justiça ao escravo, e ao México, *custe o que custar* (Thoreau, 2000, pag 672; ênfase original).

Enquanto a desobediência civil não é exatamente a mesma coisa que a ação-direta, elas não são totalmente separáveis. É dentro de a sua tática atuarem juntas, sob um compromisso explícito à não-violencia que podem ser mais ainda uma força poderosa para mudanças sócias do que usadas individualmente. Voltarine de Cleyre (1866-1912), uma ativista anárquica feminista ativa durante a época do motim de Haymarket, cunhou o termo ação-direta. Como escreveu

Toda pessoa que alguma vez pensou que(sic) tinha o direito de afirmar, e foi corajosa e afirmou – ou, ela mesma, ou juntamente com outras que conjugam suas convicções, foi uma ação-direta...Toda pessoa que já teve um plano para alguma coisa e o fez, ou que os expôs perante outras e obteve sua cooperação para executá-lo com ela, sem ir às autoridades externas para satisfazê-las, foi uma acionista-direta. Todas as experiências cooperativas são essencialmente ações-diretas (deCleyre, 1912).

Ação-direta, tal como desobediência civil, como a *democracia radical*, são uma ameaça direta às forças de ordem. Quando trabalhadores forçaram a entrada no Hyde Park demandando o direito ao voto em 1866, Matthew Arnold chamou o ato de “um sintoma de anarquia geral”, em que o “desordeiro” foi somente afirmando sua liberdade pessoal um pouco, indo aonde quiser, agrupando-se aonde quiser, vociferando aonde quiser (alegando um) um direito de marchar aonde [sic] quiser, encontrar-se aonde quiser, adentrar aonde quiser, piar como quiser, ameaçar como quiser. Tudo isso eu digo, tende à anarquia (Arnold, 1933, pags.85 e 88; Mitchel, 2003 pags. 13 e 14).

Isto tende também a mudar a atmosfera na cidade, tal como as possibilidades na cidade. Isto altera a cidade não somente porque uma mesa é posta e gratuita em um local como a Praça Coley, Boston ou Athens na Georgia, mas também ela mostra o quão vasta pode vir a ser a rede de pessoas engajadas , e serem reconhecidos como uma força de resistência. A política de visibilidade para o FNB é não só a política de tornar a pobreza visível na esperança de alterar a geografia da sobrevivência e a biopolítica do neoliberalismo, mas também as políticas de tornar a *resistência* visível.

Além do aspecto material do espaço da sua visibilidade, o FNB tem tido sucesso também no entrosamento da orientação discursiva em tal modo que evita as armadilhas que tornaram as identidades políticas nas mais amplas formas de organização política, tão problemática (Young, 1990; e Fraser, 1997). Em contradição às tendências, Epstein (1991) sugere que a inclusão de organização não só em torno da classe , mas também entorno de noções de igualitarismo,

feminismo e ecologia abriram uma nova possibilidade política que não existia anteriormente nos anos 60 e 70 . Enquanto foi árduo trabalho de sintetizar politicamente estas uma vez isoladas correntes políticas, fazendo assim , em última análise, levou a um amplo movimento de contra-cultura durante este período. Epstein argumenta que

A maior conquista do movimento da ação-direta foi, que o mesmo deu o primeiro passo em direção à articulação política da revolução cultural, que uniu esta corrente com a filosofia da não-violência (Epstein, 1991, pag. 22). Por que políticas de identidade são tão importantes, rebaixá-las a um amplo projeto político contra formas entrosadas de hierarquia, tem ajudado a construir suporte para o FNB, por que a inclusão da ecologia, paz, anti-racismo, fim do patriarcado e uma matriz de um importante tópico político que é o que pessoas comuns se preocupam e estão dispostas a organizar-se contra. A discussão de Graber (2002) das “novas políticas anarquistas” aufere credibilidade às minha sugestão que a inclusão da política de ação-direta foi redefinida e reforçada entre esforços de alter-organização. Ainda, a da necessidade de, ver o renascimento do tipo de ação-direta que pode criar força de contra- ataque suficientemente poderosa para parecer impossível, para muitos, criada através do capitalismo neoliberal, para a geografia da sobrevivência? Considere como Francis Fox Piven inicia seu livro *Desafiando Autoridade: Como pessoas comuns Mudaram a America*.

Pessoas comuns exercem poder na política Americana principalmente nesses momentos extraordinários quando eles se levantam com raiva e esperança desafia as regras que comandam sua vida diária, e fazendo assim, rompem o trabalho das instituições as quais eles estão enredados (Piven, 2006, pag. 1). Ou a afirmação de Zinn “Nós precisamos de dispositivos que sejam poderosos mas contidos, explosivos mas controlados: para resistir as ações do governo contra a vida e liberdade de seus cidadãos; para organizar as pessoas para substituir os titulares de poder, como uma volta neste ciclo contínuo de renovação política que sozinho pode prevenir a tirania (Zinn, 1968, pag. 7)”. Pessoas comuns, eu acredito, podem quebrar as amarras que as restringem, como é evidenciado nos esforços do FNB. Isto é total poder *democrático*, baseado na não violência, desobediência e ação-direta, e é exatamente o tipo de poder que torna agora tão difícil para as pessoas trabalharem no exercício do setor da caridade. O FNB oferece uma via alternativa para compreender estes momentos de transformação mútua. Falando pelas ruas e parques, por fazer sua resistência visível, o FNB denuncia o poder repressivo do estado, nas suas formas mais duras de infiltração e suas formas amenas de fazer as leis, mas ele também expõe a geografia da sobrevivência contemporânea e sua estrutura biopolítica, assim o trabalho das instituições, incluindo os de caridade, possa se rompido por completo e uma nova e melhor geografia construída.

As táticas políticas do FNB fornecem um mapa para muitos que não estão dispostos a lutar com raiva e esperança (mesmo que as doações de comida do FNB seja sempre momentos de grande alegria). No seu prefácio no *Manual do Food And Not Bombs*, Howard Zinn argumenta que “A mensagem do FNB é simples e poderosa: ninguém deveria sentir fome em um mundo tão ricamente dotado de terra, sol e ingenuidade humana. Sem consideração para com o dinheiro, sem ganância para lucros, deveria postar-se no caminho de qualquer

faminto ou criança mal nutrida ou qualquer adulto que passe por necessidades. Aqui são pessoas que não serão fustigadas pelas “leis do mercado” que dizem que somente as pessoas que tem condições possam te-las (Zinn, 2000, pag. xI)”. Eu tomo estas como sendo o princípio fundamental para as políticas urbanas no século 21. Eu tomo estas como sendo a as fundações para qualquer democracia verdadeira. Eu, assim como o FNB, tomo estas para serem profundamente enraizadas no sistema e na pratica do mutualismo, que deve ser o ponto de partida para a ruptura das instituições de ordem e governo, que busca conter a geografia da sobrevivência nos preceitos da caridade e paternalismo. Isto sem dúvida é um projeto utópico (na melhor maneira possível), mas se a geografia da sobrevivência é difícil ser imaginada, imagine isto: enquanto lendo este texto, quando estiver cerca da terceira letra (ou mais precisamente 2,4 segundos) alguém morreu de fome no mundo. Se a geografia da sobrevivência fosse alguma coisa a qual nós realmente estivéssemos engajados, se sem dúvida, contra o grão da democracia liberal, nossa intolerância para tanto sofrimento, combatesse a brutalidade de uma biopolítica neoliberal, em futuro fundamentalmente diferente no qual ALIMENTOS E NÃO BOMBAS poderia ser minimamente possível.

5. Notas

1. Sobre as formas em que distinções entre os pobres merecedores e não merecedores, foram decisivas nas leis e políticas assistenciais Inglesas e Americanas, veja entre outros, Ribton-Turner (1887); Comunidade (Commonwealth) da Pennsylvania (1890); Piven e Cloward (1971). Tais distinções permaneceram vitais no levante que Jennifer Wolch (1990) chama de “estado sombra”—o arquipélago das instituições do privado e do semi-estado que agora são encarregados dos fundos de benefícios públicos, treinamentos e um crescente policiamento.

2. Eu digo “de volta” porque é, de fato, a história da responsabilidade dos benefícios públicos sócias do Estado (EUA) é a aberração, parece, existindo em qualquer forma sustentada somente no New Deal (Nova Ordem) dos anos 30 até os anos 70 (veja Katz, 2001; Piven e Cloward, 1997).

3. Este é a marca do levante pos-Reagan para o fornecimento e abastecimento emergencial de comida: a criação de sempre mais eficientes, freqüentemente em escala industrial de operações de bancos de alimentos. Para uma análise importante deste fenômeno, colocado dentro da análise da descomercialização dos alimentos e a circulação do valor agregado, veja Henderson (2004).

4. No verão de 2008, tinha-se mais de 400 capítulos do FNB auto-identificados como autônomos listados no web site da organização internacional do mesmo. O qual é mantido por Keith McHenry, um dos fundadores da organização. Metade dos capítulos do FNB encontra-se nos EUA e a outra metade está espalhada pelo mundo ([HTTP://foodnotbombs.net/](http://foodnotbombs.net/)).

5. Durante o tempo envolvido revisando o rascunho inicial deste manuscrito, “Common Ground” fechou suas portas devido a instabilidade financeira.

6. Além da observação participativa, eu tive numerosas comunicações eletrônicas com o FNB co-fundador Keith McHenry, bem como outros antigos membros do FNB.

7. Estabelecendo uma ligação entre o complexo industrial militar e a inadequação de comida e uma boa alimentação, não era com certeza nenhuma novidade para o FNB. Uma outra Mãe para a Paz (Mother for Peace), entre outras organizações nos anos 60, trabalharam duramente para expor a ligação entre a violência Americana no exterior e o inadequado fornecimento para uma reprodução social interna, assim criando uma panfletagem inteligente e marcante e engajando-se em teatros de rua em frente a supermercados para ajudar as mulheres a perceber a sua força como consumidoras e contribuintes para pressionar uma reorientação de prioridades (veja Loyd, 2008).

8. O fato que o FNB foi fundado e desabrochou simultaneamente com a destruição do estado dos benefícios públicos Americanos (iniciado em 1970, fortemente alavancado na Revolução Republicana de Reagan e consumada por Clynton), oferece uma importante harmonia histórica.

9. E não só o FNB na Manila Americana é um alvo freqüente de assédio policial , bem como outros capítulos espalhados pela Europa.

10. Veja: [HTTP://www.aclu-coorg/docket/200406/JTTF_file_sarah_bardwell_12-07-04.pdf](http://www.aclu-coorg/docket/200406/JTTF_file_sarah_bardwell_12-07-04.pdf); acessado em 18 de setembro de 2007.

11. Assim como foram para Marx, quem escreveu afinal, que a “reprodução da classe trabalhadora é sempre uma pré-condição para a reprodução do capital” (Marx, 1987, pag. 537) e quem mostrou como os mínimos da sobrevivência, contudo “histórica e moralmente” configurada, foram as bases para a produção de mais-valia.

12. Ambos Peck e Harvey (2005) traçaram a influencia pós-guerra do fundamentalismo do mercado livre de Hayek na reforma da previdência e o crescimento do neoliberalismo.

13. Isto é, obviamente a lógica do policiamento das “janelas quebradas”, (veja Wilson e Kelling 1982; Kelling e Coles, 1996).

Agradecimentos

Este estudo começou como um projeto coletivo com Don Mitchel. Enquanto Don em ultima análise não finalizou sendo um co-autor, o autor deseja gratamente agradecer o tempo e esforço que ele dedicou para melhorar o primeiro rascunho. Isto é dito sem a sua implicação de qualquer forma no estudo final (ou seja, todas as partes ruins são “feitos” deste próprio autor). O autor também deseja agradecer vivamente os três revisores anônimo, bem como a Paul Routledge e Andrew Cumbers por conduzir esta Edição Especial.

References

- Agamben, G. (1998) *Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Amnesty International (1994) *Amnesty International seeks further information on 'Food not bombs' activists arrested in San Francisco, USA*. Press release, Amnesty International.
- Arnold, M. (1993) *Culture and Anarchy and Other Writings*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Boston Globe* (1993) Editorial: feeding people in the parks, 10 April, p. 14.
- Bunge, W. (1969) *The first years of the Detroit Geographical Expedition: a personal report*. Society for Human Exploration, Detroit.
- Bunge, W. (1973) The geography of human survival, *Annals of the Association of American Geographers*, 63, pp. 275–295.

- Bunge, W. and Bordessa, R. (1975) *The Canadian alternative: survival, expeditions and urban change*. Geographical Monographs, Department of Geography, York University.
- Butler, C. T. and McHenry, K. (2000) *Food Not Bombs*. Tucson, AZ: See Sharp Press.
- Carter, A. (1973) *Direct Action and Liberal Democracy*. New York: Harper Torchbooks.
- Cleyre, V. de (1912) *Direct action*. Spunk Library (<http://www.spunk.org/library/writers/decleyre/sp001334.html>).
- Commonwealth of Pennsylvania (1890) *General Report of the Commissioners Appointed to Revise and Codify the Laws Relating to the Relief, Care, and Maintenance of the Poor in the Commonwealth of Pennsylvania*. Harrisburg, PA: Meyer's Printing House.
- Cortright, D. (2006) *Gandhi and Beyond: Nonviolence for an Age of Terrorism*. Boulder, CO: Paradigm Publishers.
- Crass, C. (2000) Towards a non-violent society: a position paper on anarchism, social change and Food Not Bombs, *Practical Anarchy Online* (http://www.practicalanarchy.org/fnb_crass.html).
- Cunningham, H. (2000) The ethnography of transnational social activism: understanding the global as local practice, *American Ethnologist*, 26, pp. 583–604.
- Day, R. J. F. (2005) *Gramsci is Dead: Anarchist Currents in the Newest Social Movements*. London: Pluto Press.
- Dikeç, M. (2005) Space, politics, and the political, *Environment and Planning D*, 23, pp. 171–188.
- Dikeç, M. (2007) *Badlands of the Republic: Space, Politics and Urban Policy*. Malden, MA: Blackwell Publishing.
- East Bay Food Not Bombs (1999) Pamphlet. Available from East Bay Food Not Bombs, Berkeley, CA (<http://www.ebfnb.org/>).
- Eggen, D. (2005) Protesters subjected to 'pretext interviews': FBI memo shows no specific threats, *Washington Post*, 18 May, p. A04.
- Epstein, B. (1991) *Political Protest and Cultural Revolution: Nonviolent Direct Action in the 1970s and 1980s*. Los Angeles, CA: University of California Press.
- Ehrenreich, B. (2002) An eye for anarchy, *LA Weekly*, 7 June, p. 17.
- Ferrell, J. (2001) *Tearing Down the Streets: Adventures in Urban Anarchy*. New York: Palgrave.
- Foucault, M. (1990) *The History of Sexuality*. New York: Vintage Books.
- Foucault, M. (1994) The birth of biopolitics, in: P. Rabinow (Ed.) *Michel Foucault: Ethics, Subjectivity and Truth*, pp. 73–79. New York: The New York Press.
- Fraser, N. (1997) *Justice Interruptus: Critical Reflections on the 'Postsocialist' Condition*. New York: Routledge.
- Fraser, N. and Gordon, L. (1992) Contract versus charity: why is there no social citizenship in the United States?, *Socialist Review*, 22, pp. 45–68.
- Gordon, U. (2008) *Anarchy Alive: Anti-authoritarian Politics from Practice to Theory*. London: Pluto Press.
- Graeber, D. (2002) The new anarchists, *New Left Review*, 13, pp. 61–73.
- Harvey, D. (2005) *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press.
- Hayek, F. A. (1944) *The Road to Serfdom*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Hayek, F. A. (1960) *The Constitution of Liberty*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Henderson, G. (2004) 'Free' food, the local production of worth, and the circuit of de-commodification: a value theory of the surplus, *Environment and Planning D*, 22(4), pp. 485–512.
- Herdy, A. and Green, S. (2005) 'Spy files' pact may be broken, peaceful activists grilled: the ACLU questions the role of Denver cops in interrogating political protesters before the '04 Republican Convention and the keeping of files on such interviews, *Denver Post*, p. B1.
- Heyman, R. (2007) 'Who's going to man the factories and be the sexual slaves if we all get PhDs?' Democratizing knowledge production, pedagogy, and the Detroit Geographical Expedition and Institute, *Antipode*, 39, pp. 99–120.
- Heynen, N. (2006) 'But it's alright, ma, it's life and life only': radicalism as survival, *Antipode*, 38, pp. 916–929.
- Heynen, N. (2008) Bringing the body back to life through a radical geography of hunger: the Haymarket Affair and its aftermath, *ACME: An International E-journal for Critical Geographers*, 7(1), pp. 32–44.
- Heynen, N. (2009) Bending the bars of empire from every ghetto to feed the kids: the Black Panther Party's radical antihunger politics of social reproduction and scale, *The Annals of the Association of American Geographers*, 99(2), pp. 406–422.

- Katz, C. (2001) Vagabond capitalism and the necessity of social reproduction, *Antipode*, 34, pp. 709–728.
- Katz, C. (2004) *Growing Up Global: Economic Restructuring and Children's Everyday Lives*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- Katz, M. B. (2001) *The Price of Citizenship: Redefining the American Welfare State*. New York: Henry Holt and Co.
- Kelling, G. L. and Coles, C. M. (1996) *Fixing Broken Windows: Restoring Order and Reducing Crime in Our Communities*. New York: The Free Press.
- Kropotkin, P. (1976) *Mutual Aid: A Factor of Evolution*. Boston, MA: Porter Sargent Publishers.
- Kropotkin, P. (1995) *The Conquest of Bread and Other Writings*. Cambridge: University of Cambridge Press.
- Lemke, T. (2001) 'The birth of biopolitics': Michel Foucault's lecture at the Collège de France on neo-liberal governmentality, *Economy and Society*, 30, pp. 190–207.
- Lieberman, T. (2003) Hungry in America, *The Nation*, 18 August (<http://www.thenation.com/doc/20030818/lieberman>).
- Loyd, J. M. (2008) *Another mother for peace*. Paper presented to the Department of Geography, Syracuse University, 11 January.
- Marx, K. (1987) *Capital, Vol. 1*. New York: International Publishers.
- Merrifield, A. (1995) Situated knowledge through exploration: reflections on Bunge's 'Geographical Expeditions', *Antipode*, 27, pp. 49–70.
- Mitchell, D. (2003) *The Right to the City: Social Justice and the Fight for Public Space*. New York: Guilford Press.
- Mitchell, D. (2007) *Pretexts, paranoia and public space: rethinking the right to the city after 9/11*. Unpublished paper, Department of Geography, Syracuse University.
- Mitchell, D. and Heynen, N. (2009) The geography of survival and the right to the city: speculations on surveillance, legal innovation, and the criminalization of intervention, *Urban Geography*, 30(6), pp. 611–632.
- Mitchell, K. (2007) Trespass law targets the homeless, *Seattle Post-Intelligencer*, 27 June (http://seattlepi.nwsource.com/321510_trespasslaws28.html).
- NLCHP-NCH (National Law Center on Homelessness and Poverty-National Coalition for the Homeless) (2007) *Feeding intolerance: prohibitions on sharing food with people experiencing homelessness*. NLCHP-NCH, November (<http://www.nlchp.org>).
- Peck, J. (2008) Remaking laissez-faire, *Progress in Human Geography*, 32, pp. 3–43.
- Piven, F. F. (2006) *Challenging Authority: How Ordinary People Change America*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield.
- Piven, F. F. and Cloward, R. (1971) *Regulating the Poor: The Functions of Public Welfare*. New York: Vintage Books.
- Piven, F. F. and Cloward, R. (1997) *The Breaking of the American Social Compact*. New York: The New Press.
- Poppendieck, J. (1999) *Sweet Charity: Emergency Food and the End of Entitlement*. New York: Penguin.
- Rancière, J. (2007) *On the Shores of Politics*. London: Verso.
- Ribton-Turner, C. (1887) *A History of Vagrants and Vagrancy and Beggars and Begging*. London: Chapman Hall.
- Riccardi, R. (2006) FBI keeps watch on activists, *Los Angeles Times*, 27 March (<http://latimes.com/news/printedition/la-na-fbi27mar,1,11050>).
- Schwartz, D. (2006) Ordinance doesn't deter volunteers, *Las Vegas Review-Journal*, 28 July, p. 5B.
- Sharp, G. (2005) *Waging Nonviolent Struggle: 20th Century Practice and 21st Century Potential*. Boston, MA: Extending Horizons Books.
- Shukaitis, S. and Graeber, D. (2007) Introduction, in: S. Shukaitis, D. Graeber and E. Biddle (Eds) *Constituent Imagination: Militant Investigations Collective Theorization*, pp. 11–34. Oakland, CA: AK Press.
- Shukaitis, S., Graeber, D. and Biddle, E. (2007) *Constituent Imagination: Militant Investigations Collective Theorization*. Oakland, CA: AK Press.
- Siegal, N. (1995) Never a free lunch: judge spares Keith McHenry jail time, but cops bust Food Not Bombs again, *San Francisco Bay Guardian*, 22 February, p. 15.

- Smith, C. (1995) *Urban Disorder and the Shape of Belief: The Great Chicago Fire, the Haymarket Bomb and the Model Town of Pullman*. Chicago, IL: The University of Chicago Press.
- Stein, L. and Taft, P. (1969) *The Accused, the Accusers: The famous Speeches of the Eight Chicago Anarchists in Court*. New York: Arno and the New York Times.
- Thoreau, H. D. (2000) Civil disobedience, in: H. D. Thoreau, ed. by B. Atkinson *Walden and Other Writings*, pp. 667–693. New York: The Modern Library.
- Ward, C. (1973) *Anarchy in Action*. Plymouth: Clarke, Doble and Brendon Ltd.
- Williams, R. (1997) *Problems of Materialism and Culture*. London: Verso.
- Wilson, J. Q. and Kelling, G. L. (1982) Broken windows: the police and neighborhood safety, *The Atlantic Monthly*, 249, pp. 29–38.
- Wolch, J. (1990) *The Shadow State: Government and Voluntary Sector in Transition*. New York: The Foundation Center.
- Young, I. M. (1990) *Justice and the Politics of Difference*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Zinn, H. (1968) *Disobedience and Democracy: Nine Fallacies on Law and Order*. Cambridge, MA: South End Press.
- Zinn, H. (2000) Preface, in: C. T. Butler and K. McHenry *Food Not Bombs*. Tucson, AZ: See Sharp Press.
- Zunes, S., Kurtz, L. R. and Asher, S. B. (1999) *Nonviolent Social Movements: A Geographical Perspective*. Malden, MA: Blackwell.